



CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

1
DEZEMBRO
2015



repórter70

▶ FÓRUM Clima

O Ministério Público brasileiro vai participar da COP-21, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, através dos promotores de Justiça do MP do Distrito Federal Roberto Carlos Batista, e da promotora de Justiça do Pará Fábria de Melo-Fournier. Eles integram a delegação oficial brasileira para o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Temas como geração de energia, agricultura e mineração interessam diretamente à Amazônia.

▶ PROTESTO Judiciário

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário, Pepe Larrat, emitiu nota se aliando à iniciativa da OAB na luta contra as dificuldades do Judiciário. Hoje, o sindicato promove assembleia geral para decidir sobre a possibilidade de paralisação no dia 10 - dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, - quando a Ordem fará ato público em defesa do Judiciário em todos os fóruns da Justiça Comum na capital e interior do Estado.

EMPOUCASLINHAS

■ Na semana passada, ficou acertado com a CDP que a Semas liberaria o embarque de 50 mil bois vivos, desde que a empresa apresentasse um plano emergencial.

■ Para isso, a Secretaria colocou à disposição da companhia seus técnicos. Embora mais fácil de ser elaborado do que o Plano de Contingenciamento, antes pedido pela Justiça, o documento não foi entregue.

■ O depoimento da ex-servidora da Assembleia Legislativa Mônica Pinto, no interrogatório a que foi submetida pela juíza que preside o processo, contou com a presença de dez advogados e dois promotores e durou mais de sete horas.

■ Para os defensores de outros acusados de participar de fraudes da folha de pagamento do Legislativo, o depoimento de Mônica não terá nenhuma influência no processo.

▶ PROCESSO Fim

O Superior Tribunal de Justiça - Ofício nº 005325/15 CD6T - acaba de comunicar ao TJ que o processo de Roberto Couto Fortes de Souza chegou ao final. O caso: em 2006, Roberto avançou o sinal da Brás com a Quintino, em Belém, matando dois ocupantes de uma moto que estavam a caminho do trabalho. Condenado a dois anos, o réu teve pena convertida em prestação de serviços à comunidade e a habilitação retida por dois meses.

▶ QUEIXA Deputado

O deputado José Scaff, do PMDB, vive reclamando de que a Assembleia Legislativa prioriza a tramitação de projetos externos - enviados pelo Executivo, Judiciário e MP -, em detrimento dos internos, de autoria dos próprios parlamentares. Como membro da Comissão de Constituição e Justiça e bacharel em Direito, Scaff deveria saber que os projetos de outros Poderes, por força constitucional, chegam em regime de urgência.

Mojuí dos Campos inscreve para concurso público. Página 4.

POLÍTICA

Mônica Pinto confirma uso de 'fantasma'



Mônica Pinto disse que se recusou a assinar relatório e acabou isolada pelos fraudadores

ALEPA

Delatora disse que a própria mãe era funcionária de Robgol na Alepa

A ex-servidora da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) Mônica Pinto, primeira interrogada no processo que apura fraudes na folha de pagamento da Casa, foi ouvida ontem, no Fórum Criminal de Belém. Ao responder os questionamentos da juíza da 11ª Vara Penal de Belém, Alda Gessyane Tuma, Mônica confirmou que recebia nomes de pessoas que nunca trabalharam na Assembleia para inclusão na folha de pagamento do Legislativo. Ela teve homologado pelo juízo o benefício da delação premiada e ratificou as denúncias que já tinha feito ao Ministério Público. Disse que entrou na Casa em 1995, na gestão de Zenaldo Coutinho, para trabalhar na

folha de pagamento. Em 2003, quando o presidente era Mário Couto, passou a ser chefe dessa seção, até o ano de 2007, quando o então presidente Domingo Juvenil pediu que ela acumulasse também, interinamente, a função de chefe da Divisão de Pessoal.

Foi justamente a partir de 2003 que Mônica afirmou que as fraudes envolvendo funcionários fantasmas ficaram bem claras para ela. No entanto, com a gestão de Juvenil, quando Maria Genuína de Oliveira estava como diretora administrativa e Sérgio Duboc como diretor financeiro - ambos também são réus no processo - foi que os pedidos que inclusão dos fantasmas e majoração dos valores aos servidores começaram a vir "de forma mais incisiva", de acordo com as palavras da delatora.

Ela diz que recebia bilhetes de Semel Charone Palmeira, Edmilson de Souza Campos, Maria Genuína e Sérgio Duboc para fazer essas alterações na folha. Semel e Edmilson eram

lotados na chefia de gabinete civil da presidência, o segundo é primo de Juvenil. Os bilhetes geralmente vinham acompanhados dos documentos dos "fantasmas" e os valores que eles deveriam receber. Mônica, por sua vez, se encarregava de incluí-los em algum cargo cujo salário fosse equivalente àquele valor solicitado. Max Fortunado - que não responde ao processo - e Elizlene Maria Lima Araújo, ficavam com a parte operacional, fazendo a inclusão dos fantasmas. A delatora ainda revelou que era comum a inserção de gratificações nos salários sem o devido ato administrativo.

Mônica não soube precisar quantas pessoas foram inseridas na folha de pagamento sem que nunca tenham trabalhado na Assembleia. "Foram muitos. Elas entravam, saíam, entravam outros". Em 2008, a Assembleia recebeu um ofício assinado por promotores do Ministério Público do Estado e procuradores do Ministério Público do Trabalho, pedindo o relatório dos funcionários

da casa. A mando de Maria Genuína, Mônica diz que fez o relatório excluindo dados que relevariam a irregularidade. Porém, pediram para que ela também assinasse o documento, mas a ex-servidora diz que se recusou. "Eu sabia que aquele não era o espelho da verdade. Se eles quisessem, que eles assinassem", argumentou.

Depois disso, ela alega que pediu ao presidente Juvenil para sair da Divisão de Pessoal e retornar para a folha e começou a ser perseguida por outros servidores, que a isolaram em uma sala e ainda a acusaram de adulterar o próprio contracheque para obter empréstimos bancários. Ela também afirmou que outros funcionários da casa que não respondem ao processo não só sabiam como participavam do esquema: Max Fortunato, Marcos Almeida e Vera Coelho. "Apesar de não estarem nesse processo, eles eram peça fundamental nisso tudo".

Mylene Rodrigues, outra ré, era vinculada ao gabinete de Júnior Hage e, junto com o marido, Fernando Rodrigues, conseguiam documentos de pessoas humildes, com a promessa de cestas básicas e brinquedos. Essas pessoas eram incluídas na folha da Assembleia sem que soubessem. Sérgio Duboc, de acordo com Mônica, era quem autorizava o Banpará a fazer o pagamento dos salários desses "fantasmas" a terceiros, que iam ao banco de posse dos contracheques. Daura Hage, por sua vez, participava do esquema e tinha, inclusive, vários parentes que nunca trabalharam no Poder Legislativo incluídos na folha, entre eles a própria filha, Danielle Naya Xavier Hage Gonçalves, que responde ao processo junto com a mãe.

Ainda de acordo com a delatora, José Robson do Nascimento, o Robgol, tinha vários parentes incluídos na folha de pagamento que nunca trabalhavam na Assembleia - alguns nem moravam em Belém. Sobre o fato de sua mãe

e uma empregada doméstica constarem na folha, Mônica alegou que a primeira foi nomeada através de decreto, a pedido de Robgol, e quem recebia o dinheiro do salário era ele. Em troca, a mãe recebia alguns vales ou determinados valores. A mesma situação de-

Fraudes ficaram maiores durante a gestão de Domingos Juvenil no Legislativo

la disse que aconteceu com a empregada doméstica, porém, era foi nomeada através do gabinete do Júnior Hage.

José Moisés Caddah, por ter amplo conhecimento em informática, seria responsável em elaborar o sistema que "maquiava" as informações da folha de pagamento, para que a irregularidades não fossem notadas. Ele, aliás, foi o único dos outros treze outros acusados no processo que compareceu ao Fórum Criminal para acompanhar o interrogatório de Mônica Pinto, assim como já fez em outros depoimentos, mas preferiu não falar com a imprensa. O interrogatório dele está marcado para quinta-feira e sua advogada, Bruna Koury, afirma que ele irá comparecer.

Ela alega que ele não se beneficiou e nem teve participação no esquema fraudulento. "Tudo será esclarecido durante o interrogatório", garante.

Além dos advogados dos réus, entre eles Luciel Caxiado, que defende a delatora Mônica Pinto, estavam presentes no interrogatório os promotores de justiça à frente do Márcia Beatriz Reis Souza e Arnaldo Azevedo. Os próximos interrogatórios, de Semel Charone Palmeira, Edmilson de Souza Campos e José Robson do Nascimento, estão marcados para amanhã.

Fraudes renderam 'somente' R\$ 300 mil à delatora do esquema na Alepa

À tarde, Mônica Pinto disse que, com o esquema fraudulento na Assembleia Legislativa (Alepa), ganhou mais de R\$ 300 mil e que não tem mais esse dinheiro, pois o gastou em atividades do dia a dia, como o pagamento de escola para os filhos. E afirmou que, se tivesse recebido "milhões", estaria atualmente "em Paris". Ao responder à pergunta do advogado Roberto Lauria, Mônica disse que seu crime foi incluir "funcionários fantasmas" e gratificações ilegais na folha de pagamento da Alepa. Também disse que ganhava um salário mensal que, às vezes, variava entre R\$ 14 mil e R\$ 18 mil, além das vantagens que recebia "por fora" por causa desse esquema fraudulento. Também afirmou que sua mãe era "laranja". "Era uma 'laranja' minha. Eu envolvi minha mãe nisso. A responsabilidade é minha", afirmou.

Em entrevista à imprensa, e ressaltando não ser advogada, Mônica Pinto disse que a diferença entre fantasma e "laranja" é que o segundo é aquele que empresta o nome, mas está na folha de pagamento e nada recebe. "Já o fantasma não existe. Quem recebe são as pessoas vinculadas a ele. Ele entra em um mês (na folha) e sai no outro. Eu não recebia nada pela minha mãe. Ela era do gabinete do deputado Robgol. Era um salário normal, em torno de R\$ 2 mil e pouco. Eu cedi o nome dela e era legal na folha, só que ela não recebia nada por isso".

Mônica afirmou ainda que entrou no esquema fraudulento por escolha própria. "Eu escolhi porque, na época, achei que era vantajoso. Eu era comissionada, precisava do meu trabalho, todo mundo fazia. Você está dentro de um sistema onde aquilo é normal. Se não for eu, será o fulano, o beltrano", afirmou. E acrescentou: "Escolhi para não perder emprego. Obviamente, que eu queria mais. Não sou santa. Queria ganhar mais, era bom, mas também pensando

no meu emprego em primeiro lugar, eu ficaria desempregada. Naquela época, não via alternativa para a minha vida. Hoje, eu vejo, estou estudando, recomeçando a minha vida".

Mônica afirmou não ter mais o dinheiro que ganhou. "O que eu recebia gastei, com a minha vida, escola dos filhos, era como se fosse um salário que eu usava em um mês. Eu não tenho imóveis, não tenho nada. Eu não recebi milhões. Se recebesse, estaria em Paris. Eu tinha um bom salário", disse, dizendo que ter ganhado "uns 300 mil".

Na audiência, o advogado Roberto Lauria questionou o fato de Mônica só ter citado o ex-deputado estadual José Robson do Nascimento, o Robgol, seu cliente. "Primeiro, ela teve um relacionamento afetivo com o Robson, o qual, segundo ele nos conta, terminou de forma pouco amistosa. O curioso é que, dos 41 deputados, o único contra o qual ele faz acusação é o senhor Robson", disse. Em sua opinião, a estrutura de contratação dos gabinetes não parece ser a melhor opção. "Os deputados têm liberdade de contratação de até 41 assessores parlamentares, que não estão obrigados a bater ponto e a comparecerem à Alepa. Até porque, se comparecerem, 'explode' um gabinete, que, com 30 metros quadrados, como vai comportar 41 assessores? Impossível", afirmou.

Roberto Lauria disse ainda que o ex-deputado estadual tinha pessoas lotadas em seu gabinete e que estas não tinham a obrigação de prestar serviço interno no gabinete. "Isso não é funcionário fantasma", afirmou. O advogado também comentou o fato de, na casa do ex-deputado estadual, terem sido apreendidos vales-refeição. "Foram encontrados vales-refeição vencidos. Eu queria que alguém dissesse - já li alguma coisa sobre Direito Penal - que crime é esse? Em algum momento ele recebeu esses vales para entregar para seus assessores e, sabe-se

lá por qual motivo, não o fez. Houve prejuízo ao erário público? Não. Venceram sem que fossem usados", afirmou.

Lauria também disse que Mônica tem "algum problema" com a senhora Maria Genuína, também defendida pelo advogado. "Tudo que acontece de errado ela atribui à dona Maria Genuína. Chegou a dizer que sofria assédio moral dela. Quem manda na Alepa é a senhora Maria Genuína? Ela é presidente da Casa? É deputada? Era uma diretora tal qual ela (Mônica) e diretora, inclusive, temporária, que pode ser demitida a qualquer momento", afirmou. O advogado também disse que "é flagrante, nessa pseudo delação premiada, que está cheia de vícios e erros, que Mônica está jogando um pouco de vingança para alguns desafetos que tinha na Casa".

Lauria classificou ainda de "fato grave" a informação, dada ontem à tarde por Mônica, de que sua mãe era uma funcionária fantasma.

O promotor de Justiça Arnaldo Azevedo disse que a fraude na folha de pagamento da Alepa chega a R\$ 100 milhões. "Mas não temos como dizer valor exato porque não se conseguiu identificar todos os fantasmas que existiam na folha (eram mais de 100, ou 200, nem ela, Mônica, efetivamente sabe precisar). Mas, se incluir outras fraudes, como as feitas em contratos licitatórios, esse valor chega a R\$ 200 milhões", afirmou. Ele também comentou o fato da mãe de Mônica não ter sido denunciada. "A Mônica assumiu a responsabilidade total por isso. A mãe forneceu a documentação, mas não sabia a finalidade disso. Esta finalidade quem detinha era a Mônica. Era como se você cedesse a documentação para uma determinada pessoa e essa pessoa pegasse e incluísse na folha sem que você tivesse conhecimento", disse.

Vendas na Black Friday totalizaram R\$ 1,53 bilhão, 76% a mais que 2014. Página 6.

POLÍTICA

Eleição de 2016 voltará a ser manual



Desde 2000 todo o eleitorado vota eletronicamente. Sem dinheiro, volta o voto com cédulas.

IMPACTO

Limite de gastos imposto à Justiça Eleitoral inviabilizará eleições eletrônicas

Por falta de recursos, as eleições municipais de 2016 serão manuais e não com voto eletrônico. A informação de que o contingenciamento de gastos impedirá a realização das eleições por meio eletrônico foi publicada ontem no Diário Oficial da União. As urnas eletrônicas foram usadas pela primeira vez em 1996. Mas somente nas eleições de 2000 todo o eleitorado votou eletronicamente, informou a Agência Brasil.

Por meio de nota, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que mais de R\$ 428 milhões deixarão de ser repassados para a Justiça Elei-

toral, "o que prejudica a compra e manutenção de equipamentos necessários para as eleições de 2016".

"O impacto maior reflete no processo de aquisição de urnas eletrônicas, com licitação já em curso e imprescindível contratação até o fim do mês de dezembro, com o comprometimento de uma despesa estimada em R\$ 200.000.000,00", acrescentou a nota.

Segundo o TSE, a demora ou a não conclusão do procedimento licitatório causará "dano irreversível e irreparável" à Justiça Eleitoral, já que as urnas que estão sendo licitadas têm prazo certo para que estejam em produção nos cartórios eleitorais.

"O contingenciamento imposto à Justiça Eleitoral inviabilizará as eleições de 2016 por meio eletrônico", diz o texto da Portaria Conjunta número

"O impacto maior reflete na aquisição de urnas eletrônicas"

3, assinada pelos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski; do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli; do Tribunal Superior do Trabalho, Antonio José de Barros Levenhagen; do Superior Tribunal Militar, William de Oliveira Barros; do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Getúlio de Moraes Oliveira; e pela presidenta em exercício do Superior Tribunal de Justiça, Laurita Vaz.

De acordo com a portaria, os órgãos do Poder Judiciário da União sofreram contingenciamento de R\$ 1,74 bilhão.

oestedopará

Prefeito de Monte Alegre renuncia

EVANDRO CORRÊA
Especial para O LIBERAL

O prefeito de Monte Alegre, José Costa Alves, oeste do Pará, que estava afastado desde o dia 21 de setembro deste ano, renunciou ao cargo na tarde de sexta-feira, 27. Ele foi afastado sob acusação da prática de improbidade administrativa no exercício do cargo. A informação foi confirmada pelo prefeito interino, Anselmo Picanço (PTB), que é o presidente da Câmara de Vereadores.

De acordo com Anselmo Picanço, ainda na sexta-feira, os vereadores iriam julgar em sessão na Câmara a situação do prefeito afastado, e decidiriam sobre a cassação do mandato do gestor. "Antes do julgamento ele renunciou. Ele havia sido afastado por 120 dias pela Câmara e 180 dias pela justiça". Disse Picanço. A carta de renúncia foi entregue ao presidente interino da Câmara de Vereadores, Leonardo Albarado. No documento, o prefeito diz que "tem a consciência tranquila e que o julgamento na Câmara não se daria de forma justa e imparcial, sendo o mesmo decidido a partir de interesses políticos".

Desde o afastamento de Alves, o presidente da Câmara assumiu a prefeitura e deve permanecer até ser definida a situação para escolha de um novo gestor. "A Câmara vai decidir em 30 dias sobre o processo para eleição indireta da escolha do novo prefeito, podendo participar todos os partidos legalizados, qualquer partido pode indicar os can-

didatos a prefeito e vice-prefeito. Quem vota são somente os vereadores", explicou.

Eleito como vice-prefeito em 2012, José Costa Alves ficou na administração de Monte Alegre de agosto de 2014 (quando foi empossado) a setembro de 2015. Ele era vice-prefeito quando assumiu no lugar do ex-prefeito Sérgio Monteiro que havia sido afastado por 90 dias para apuração de irregularidades, mas também renunciou.

Presos em Castanhal incendiários de ônibus. Página 8.

CIDADES

Campanha combate violência contra mulher

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) começou ontem a campanha "Paz, nossa justa causa", que integra a programação de 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Agentes da rede de proteção à mulher participarão, até o próximo dia 4, de palestras e debates sobre o tema, no auditório Agnino Lopes, no Fórum Cível de Belém.

Paralelo o evento, está acontecendo a força-tarefa com objetivo de agilizar audiências e júris de processos envolvendo casos de violência contra a mulher em todas as Comarcas do Pará e, no próximo dia 5, ocorrerá ação de cidadania no Conjunto Tenoné, na periferia da capital paraense, voltada à mulher e seus familiares.

A abertura do evento, ontem de tarde, contou com a presença da desembargadora Vera Araújo, titular da Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito do TJPA, e de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Hu-



Cláudio Rendeiro vai dar vida a Epaminondas

manos (Sejudh), Secretaria de Segurança Pública (Segup), Pro Paz Mulher e Delegacia Especializada da Mulher (Deam). O juiz Cláudio Rendeiro, titular da 1ª Vara de Execuções Penais, fez uma apresentação do personagem Epaminondas Gustavo.

Também ocorreu palestra, seguida de debate, com o juiz Élder Lisboa, da 1ª Vara da Fazenda Pública e doutor pela Universidade de Salamanca, com o tema "Poder Judiciário

e Controle de Convencionalidade. Jurisdição aplicável à Lei Maria da Penha. Julgar melhor, eis a questão".

No dia 4, o promotor de Justiça Franklin Lobato Prado falará sobre "Ministério Público e a Lei Maria da Penha". Em seguida, ocorrerá debate, com a presença dos mediadores e juizes Mauricio Pontte Ferreira, titular da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, e Reijjane Ferreira de Oliveira, titular da 4ª Vara Pe-

nal de Ananindeua.

A ação de cidadania, marcada para o próximo sábado, 5, das 7h30 às 13h, será na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Tenoné. Na oportunidade, haverá orientação jurídica e realização de palestras com agentes que atuam na rede de proteção à mulher; emissão de carteiras de trabalho; vacinação contra hepatite B e febre amarela; testes rápidos de HIV, de hepatites B e C e sífilis; atendimento oftalmológico para pessoas a partir de 50 anos de idade; e atendimento pela Fundação Papa João XXIII (Funpapa), relacionado a programas sociais do Governo Federal.

Também durante a semana, haverá arrecadação nos Fóruns Cível, Criminal e de Ananindeua de produtos de higiene pessoal e de cosméticos para doação aos abrigos de mulheres vítimas de violência. A segunda fase da campanha "Paz, nossa justa causa", no TJPA, foi realizada em agosto deste ano. Na ocasião, a programação incluiu o lançamento da Patrulha Maria da Penha.

+ RD REPÓRTER DIÁRIO

Não há inocente nessa história da prescrição penal do governador tucano, acusado pelo Ministério Público Federal de receber propinas em troca de perdão tributário para a Cervejaria Cerpasa S/A. Jurista observa que, além da legislação protelatória que faz o Estado perder o direito de punir, é inaceitável a alegação da vice-procuradora-geral de República, Ela Wiecko, de que o decurso de prazo se deu em parte por desobediência da Procuradoria Geral do Estado (PGE) a seis ofícios da PGR requerendo informações do governo. O MPF tem instrumentos jurídicos coercitivos para buscar o que precisa.

Obstrução

O jurista observa que o MPF poderia ter lançado mão não somente do mandado de busca e apreensão para acessar os documentos que julgasse necessários ao inquérito que levou impressionantes 13 anos nos escaninhos forenses como também de uma ação penal para punir servidores do governo tucano por prevaricação e obstrução da Justiça. A conduta surpreendente da PGR nesse caso derrubou o brocado jurídico segundo o qual "a Justiça não protege quem dorme". Quem hibernou e até roncou foi o próprio sistema judiciário.

Peroba

Depois de botar no peito uma medalha do Ministério Público de Contas como exemplo de gestor, apesar de investigado pelo Ministério Público do Estado por omissão no incêndio do PSM da 14, o prefeito tucano receberá amanhã o prêmio "Personalidade em Saneamento Ambiental", concedido pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental no Pará (Abes). Pelo visto, a outorgante, que faz a premiação no verão, esqueceu-se do que acontece em Belém no inverno: a cidade fica embaixo d'água por falta de saneamento. Qualquer chuvinha, já alaga bairros inteiros.

58 uniões homoafetivas realizadas no Estado

Usando dados dos cartórios de registro civil, o IBGE constatou mudanças na sociedade brasileira conquistadas após o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer a equiparação da união homossexual à heterossexual, assegurando direitos aos casais. Em 2013 o Conselho Nacional de Justiça aprovou a resolução 175, que obrigou todos os cartórios do País a celebrar casamentos gays. Naquele ano foram registrados 3.701 casamentos. Em 2014, foram realizados 4.854 casamentos homoafetivos em todo o Brasil, uma média de 19 casamentos entre pessoas do mesmo sexo por dia útil

no País. No Pará, foram registrados 32.411 casamentos, sendo 58 uniões homoafetivas. A região Sudeste concentrou a maior fatia (60,7%) das uniões homoafetivas em 2014. Em seguida estavam as regiões Sul (15,4%), Nordeste (13,6%), Centro-Oeste (6,9%) e Norte (3,4%). São Paulo foi o líder nas estatísticas: 2.050 registros de uniões civis do mesmo sexo, 42% do total nacional. Em Roraima foram registrados apenas 5 casamentos gays no ano passado, sendo 3 entre homens e 2 entre mulheres. No Acre, foram realizados apenas 6 casamentos no ano passado.



O Brasil realizou 4.854 casamentos homoafetivos no ano passado

VIOLÊNCIA

Criminalidade: Governo é criticado

RENATA PAES

Donos de estabelecimentos noturnos e produtores culturais lotaram a galeria da Câmara Municipal de Belém (CMB), na manhã de ontem. Durante sessão especial, foi discutido o anteprojeto de lei do Ministério Público do Estado (MPE) que limita o horário de funcionamento dos bares, casas de show, restaurantes e similares.

A proposta do MPE é que os locais funcionem de segunda a sexta-feira até 23h. Nos fins de semana, ficarão abertos até às 2h. O vereador Igor Normando (PHS) afirma que a proposta parece um atestado de incompetência do Governo do Estado em lidar com a insegurança. "O Governo não dá prioridade a projetos e nem estratégias para coibir a violência. Isso é querer cercar o direito das pessoas ao lazer, num horário que lhe é conveniente". Para o vereador Moa Moraes (PcdoB), antecipar o fechamento dos estabelecimentos não irá resolver a situação da



CMB discutiu a antecipação do horário de fechamento dos bares

criminalidade. "Não há uma fiscalização feita pela polícia, MPE e Governo. O Estado é falho. Se uma Lei que determina até meia noite não é cumprida, imagina até às 23h", reforça.

DESEMPREGO

O Sindicato dos Hotéis, Restaurante, Bares e Similares (SHRBS) estima que, se o anteprojeto for aprovado, de 5 a 10 mil trabalhadores, de

Belém e Região Metropolitana, ficarão desempregados. "Não aceitamos esse fato. Queremos que o Estado se responsabilize pela insegurança que existe", diz o presidente do SHRBS, Raimundo Freire da Costa. O secretário adjunto de Segurança Pública do Estado, Hilton Benigno, argumenta que segurança não é só dever do Estado. "Isso é uma proposta baseada em dados estatísticos".



Governo não dá prioridade a projetos e nem estratégias para coibir a violência.

Igor Normando - vereador

O promotor de Justiça, Herisson Bezerra, por sua vez, cita exemplo de uma cidade que conseguiu reduzir o índice de violência. "Em Diadema, São Paulo, os crimes eram alarmantes. Eles decidiram usar a mesma estratégia que propomos aqui, e os casos reduziram em 100%". Segundo o presidente da CMB, Orlando Reis, não há nenhuma previsão de votação do anteprojeto. "Ele ainda não chegou aqui. Não tem prazo para a votação. Vimos aqui para debater sobre o assunto", diz.

30/11/2015 21h57 - Atualizado em 30/11/2015 22h04

Ex-chefe da divisão de pessoal da Alepa reafirma esquema de fraudes

Mônica Pinto prestou depoimento nesta segunda-feira, 30. Justiça retomou depoimentos de acusados de participar de fraudes.

30/11/2015 21h57 - Atualizado em 30/11/2015 22h04

A ex-chefe da divisão de pessoal da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) e responsável pela folha de pagamento da casa legislativa, Monica Pinto, reafirmou sua participação no esquema de fraudes ocorrido entre os anos de 2003 e 2010 no órgão. A Justiça começou a retomar nesta segunda-feira (30) os depoimentos dos acusados de envolvimento no esquema. Quatorze acusados devem depor durante a semana.

Segundo a Justiça, o esquema incluía funcionários fantasmas nas folhas de pagamentos do órgão, além de conceder benefícios indevidos, como férias fora do período, e fraudar licitações da Casa. De acordo com os cálculos do Ministério Público do Pará, pelo menos R\$ 100 milhões foram desviados pelos envolvidos no esquema.



Mônica Pinto reafirmou à Justiça sua participação no esquema. (Foto: Glória Lima/TJPA)

"Se você pegar o orçamento da Assembleia no ano de 2010, ela fechou o ano com pouco mais de R\$ 10 milhões, quase R\$ 11 milhões em caixa. No ano de 2011, já após a operação desencadeada pelo Ministério Público, com um orçamento bem semelhante ao ano anterior, a Alepa fechou o ano com R\$ 77 milhões em caixa", diz o promotor de Justiça Arnaldo Azevedo. Durante a audiência desta segunda, presidida pela juíza Alda Gessyane no Fórum Criminal de **Belém**, Monica Pinto reafirmou que participou do esquema que incluía funcionários fantasmas na folha de pagamento da Alepa.

"Foram muitos, doutora. Foram mais de cem. Era uma praxe na Casa e era uma coisa natural, assim como eram naturais tantas outras irregularidades, doutora. É até um pouco vergonhoso falar, mas é a verdade", afirmou Monica, ressaltando que todos os diretores da Casa tinham conhecimento das irregularidades.

A folha de pagamento também era forjada para incluir gratificações ilegais nas remunerações dos servidores e promover estagiários a funcionários comissionados, segundo Monica, que também admitiu ter superfaturado o próprio salário. Ela e outras 13 pessoas são acusadas de se beneficiar do esquema, como o ex-diretor financeiro Sérgio Duboc.

Segundo Oswaldo Serrão, advogado de Sérgio Duboc, o ex-diretor financeiro não sabia da existência do esquema fraudulento. "Não sabia. O pouco que ele sabe, ele vai falar à juíza na sexta-feira (4) próxima", disse Serrão. Daura Hage, que integrava a comissão de licitação da Casa, também tinha parentes como funcionários fantasmas na folha da Alepa.

"Segundo o depoimento da própria interroganda (Monica Pinto), esses nomes chegavam via de um funcionário na mão dela, para que fossem incluídos, mas ela não disse que a Daura diretamente assinava ou pedia por escrito essa inclusão", afirma Américo Leal, advogado de Daura Hage.

30/11/2015 11h53 - Atualizado em 30/11/2015 16h07

Acusados de participar de fraudes na Alepa depõem na Justiça

Mônica Pinto está entre os interrogados em Belém nesta segunda-feira, 30. Esquema incluía participação de funcionários fantasmas para receber dinheiro



Mônica Pinto, ex-chefe da divisão de pessoal da Alepa e responsável pela folha de pagamento da casa legislativa, presta depoimento na Justiça nesta segunda-feira (30). (Foto: Glória Lima/TJPA)

A Justiça do Pará retoma nesta segunda-feira (30) os depoimentos dos réus acusados de participação em um esquema de fraudes na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa). Quatorze pessoas envolvidas no processo irão depor durante a semana.

A audiência, presidida pela juíza Alda Gessyane, começou pouco depois das 10h, no Fórum Criminal de Belém, com o interrogatório da **servidora Mônica Pinto**, ex-chefe da divisão de pessoal da Alepa e responsável pela folha de pagamento da casa legislativa, que deve explicar como aconteciam as fraudes, que incluíam funcionários fantasmas para receber salários pagos pelo Legislativo.

Segundo a Justiça, as irregularidades na Alepa ocorreram desde 2010, envolvendo, além de fraudes em licitações, pagamentos para funcionários fantasmas e concessão indevida de benefícios, como férias fora do período.